

RICARDO ANDRÉ MOREIRA TOSTA

**PODER AQUISITIVO, SALÁRIO E CAMPANHA
SALARIAL DOS FUNCIONÁRIOS DA CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL EM SALVADOR APÓS
O PLANO REAL**

**SALVADOR
1995**

RICARDO ANDRÉ MOREIRA TOSTA

**PODER AQUISITIVO, SALÁRIO E CAMPANHA
SALARIAL DOS FUNCIONÁRIOS DA CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL EM SALVADOR APÓS O
PLANO REAL**

Monografia

apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal
da Bahia.

**ORIENTADOR: PROF. JOSÉ ROBERTO OTTONI DE
MENDONÇA**

**SALVADOR
1995**

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho monográfico serve de alerta e para dar conhecimento a toda a sociedade que os funcionários de um grande banco oficial, a Caixa Econômica Federal, não podem ser vistos como funcionários de altos salários e com a situação economicamente estabilizada, procurando-se esclarecer que estes funcionários, os economiários, passam ultimamente por arrochos salariais.

O tema escolhido é em função da própria observação do autor que, além de fazer parte do quadro funcional do Banco, vem presenciando junto aos colegas de trabalho alterações comportamentais, excesso de endividamento, insatisfação, etc. e pela própria situação que se tem, ano após ano, quando chega o período de se negociar reajustes salariais junto à direção da Caixa Econômica Federal (CEF).

O período escolhido se deu já que o Plano Econômico afetou os preços dos produtos e serviços e mudou a sistemática da reposição salarial dos funcionários assalariados.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento é dado ao professor José Roberto Ottoni de Mendonça, meu orientador, que sempre se colocou à disposição para esclarecimentos e dúvidas e soube conduzir profissionalmente os trabalhos para se chegar a esta Monografia.

Agradeço também ao professor titular da matéria monografia, Lielson Coelho, que sempre mostrou boa vontade nas aulas, não medindo esforços para o bom atendimento dos alunos e por conduzir com tanta dedicação as suas aulas.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram segue meus sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 6 |
| 2 PRODUTOS E SERVIÇOS, ALTERAÇÕES NOS PREÇOS.... | 8 |
| 3 SALÁRIOS E PERDAS DO PODER AQUISITIVO..... | 22 |
| 4 CONCLUSÃO..... | 34 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 35 |
| ANEXO I..... | 37 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-------------|---|----|
| TABELA 2.1 | ABUSO NOS PREÇOS. PRODUTOS COM MAIORES ALTAS EM JUNHO..... | 10 |
| GRÁFICO 2.1 | INFLAÇÃO MEDIDA PELA FIPE (%)..... | 12 |
| GRÁFICO 2.2 | VARIAÇÃO DA INFLAÇÃO DA CLASSE MÉDIA (FGV) E DA INFLAÇÃO OFICIAL (IPC-r) - %..... | 14 |
| GRÁFICO 2.3 | O DESCOMPASSO DOS ÍNDICES. ENQUANTO OS PREÇOS DESABAM NO ATACADO, CRESCEM OS REAJUSTES NO SETOR DE SERVIÇOS - EM %..... | 15 |
| TABELA 2.2 | AUMENTO PERCENTUAL DE JULHO/94 A JULHO/95..... | 16 |
| GRÁFICO 2.4 | VARIAÇÃO DA INFLAÇÃO IPC - FIPE (%)..... | 19 |
| GRÁFICO 2.5 | PRODUTO INTERNO BRUTO, PIB, POR TRIMESTRE - EM %..... | 20 |
| GRÁFICO 2.6 | VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL. BASE 100 EM 1981..... | 20 |
| TABELA 3.1 | CESTA BÁSICA MENSAL DA FAMÍLIA (4 MEMBROS - CFE DECR. LEI 399 / 38 - SALÁRIO MÍNIMO)..... | 25 |
| TABELA 3.2 | REAJUSTE DE 116%..... | 26 |
| TABELA 3.3 | COMPARAÇÃO DO SALÁRIO DA CEF E DO BRADESCO. REMUNERAÇÃO DO ESCRITURÁRIO RECÉM CONTRATADO..... | 31 |
| TABELA 3.4 | APENAS OS FUNCIONÁRIOS COM CARTEIRA TIVERAM PERDAS..... | 32 |
| TABELA 3.5 | A INFORMALIDADE DO TRABALHO SEGUE CRESCENDO..... | 33 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa abordar as alterações no padrão de vida dos funcionários de um Banco Oficial, a Caixa Econômica Federal, visto que após a implantação do Plano Real em julho de 1994, houve alterações no poder aquisitivo desses funcionários, como mudanças comportamentais e no grau de satisfação.

Este período tem sido marcado por descontentamento dos funcionários que solicitaram no início da data base que é no mês de setembro/95 uma reposição salarial de 48,67%, reduzido posteriormente para 37,16% com abono de um salário mais R\$200,00 para pagamento de uma vez, a título de participação nos lucros e cesta-alimentação de R\$103,80. No que se refere a reajuste salarial, a direção da Caixa Econômica Federal concedeu somente 20,94% sobre os salários de setembro de 1995, percentual mínimo garantido por lei que representa o IPCr de setembro de 1994 a junho de 1995, e faz restrições a algumas cláusulas sociais nas negociações da campanha salarial.

Muito tem acontecido nesse período estudado, nunca se viu tantas rescisões de contrato de trabalho por justa causa empregado pela direção da CEF, por apropriação indevida de valores por empregados, por retiradas fraudulentas em contas de clientes, recebimento de vantagens ou por próprio desinteresse e improdutividade quanto às suas atribuições, postura inadequada, em total desacordo com o regulamento de pessoal da empresa, tudo em consequência das dificuldades atravessadas pelos empregados ou mesmo por algum desequilíbrio emocional, não cabendo tais abordagens nesta monografia.

Procura-se analisar o comportamento dos preços e serviços depois da implantação da nova moeda bem como através de conversas, entrevistas e a própria observação a funcionários dessa instituição financeira, o quadro desesperador destes, sem poder arcar com suas obrigações financeiras e a própria convicção de que teoricamente os assalariados voltam a enfrentar um sistema econômico onde não há política salarial.

Há aproximadamente trinta anos até os dias de hoje sempre existiu índice de inflação para comparações com os salários, o último deles foi o IPCr, criado em junho de 1994 e extinto por Medida Provisória. A única garantia que restou para os empregados assalariados foi a reposição na data-base daquilo que o IPCr apontou como perda salarial da última data-base até agora, e todas as perdas anteriores ao Plano Real foram esquecidas pelo governo.

2 PRODUTOS E SERVIÇOS, ALTERAÇÕES NOS PREÇOS

Apartir de 1^o de julho de 1994, quando a nova moeda brasileira passou a vigorar, todos os preços, salários, prestações aluguéis, etc, passaram a ser expressos em reais. Apartir do dia 30 de junho de 1994 R\$1,00 (um real) passou a corresponder a 1 URV, ou seja, Cr\$ 2.750,00, quando se extinguiu a URV passando a se chamar Real. Porém, somente com a entrada em circulação do Real, os assalariados perderam 9% do poder de compra dos seus salários, é que esse percentual corresponde à diferença da variação do índice de custo de vida calculado pelo DIEESE e as alterações da URV (Unidade Real de Valor) no período de 1^o de março a 30 de junho de 1994. Os 9% representaram somente uma pequena parte das perdas sofridas pelos trabalhadores, pois em 4 meses de vigência da URV, de março a junho de 1994, o custo de vida subiu 370,42% enquanto os salários tiveram apenas 331,49% de correção (Boletim de Índices Econômicos - Banco Central do Brasil).

Mas as perdas não pararam por ai, os trabalhadores amargaram também mais um achatamento salarial de 25%, isso porque a inflação mensal toma como base os preços praticados num período do dia 15 de um mês até o dia 15 do mês seguinte, assim, com a entrada do Real em circulação, o Plano FHC (Fernando Henrique Cardoso) não computou a variação dos preços do dia 15 a 30 de junho de 1994, para efeito de correção salarial nas datas-base dos trabalhadores, melhor dizendo, os salários de junho de 1994 tiveram metade do reajuste confiscado.

O que se percebe é que para quem vive de salário, entrou no período pós-real perdendo aproximadamente 36% do poder de compra, obtendo esse

índice multiplicando-se os 9% com os 25% (valor aproximado da metade da inflação de junho de 1994). Sendo 49,10% o IPC-DI de junho de 1994, índice da FGV; de 45,21% o IGPM medido pela FGV e de 48,24% o INPC, indicado pelo IBGE, todos para junho de 1994 (Boletim de Índices Econômicos - Banco Central do Brasil).

Enquanto os salários sofreram um arrocho, os preços subiram incontrolavelmente, principalmente no primeiro dia de circulação da nova moeda. Na sexta-feira, 1^o de julho de 1994, na conversão do cruzeiro real para o real, os valores de quase todos os produtos foram majorados escandalosamente, inclusive em estabelecimentos de pequeno e médio porte como bares, restaurantes, serviços, lanchonetes, armazéns, além dos grandes supermercados, lojas de departamento, enfim todo o comércio e a indústria. Junto à esta alta dos preços dos produtos e dos serviços os juros subiram em torno de 50%. A cesta básica composta por 12 produtos essenciais calculada pelo DIEESE, aumentou na Bahia 66,97% no mês de junho de 1994, o que significa uma elevação de quase 15% acima da URV (Cesta Básica - DIEESE. Julho/94).

A tendência de alta generalizada dos preços acima da URV foi confirmada também na pesquisa do DIEESE / PROCON feita em São Paulo, o custo da cesta básica, composta por 31 produtos, entre os quais 21 de alimentação e 9 de higiene e limpeza, passou de 85 URV's, ou seja, R\$85,00 em março de 1994 para R\$ 106,99 em junho do mesmo ano, isso representa um aumento de 35,81% acima da correção salários em apenas 4 meses, período em que vigorou a URV. Ou seja, todas as pesquisas feitas por institutos e entidades com credibilidade nacional, comprovaram os consideráveis prejuízos sofridos pelos trabalhadores assalariados com o Plano FHC.

Para efeito comparativo observa-se na tabela 2.1 as diferenças das variações de alguns produtos que tiveram as maiores altas em junho de 94 em Salvador e suas respectivas altas em relação à URV, quando se tem produtos que subiram quase três vezes mais que a variação da URV.

TABELA 2.1
ABUSO NOS PREÇOS
PRODUTOS COM MAIORES ALTAS EM JUNHO

| PRODUTO | AUMENTO | VARIAÇÃO ACIMA DA URV |
|----------|---------|-----------------------|
| Manteiga | 107,85% | 41,78% |
| Café | 104,69% | 39,62% |
| Arroz | 103,08% | 38,53% |
| Carne | 96,13% | 33,79% |

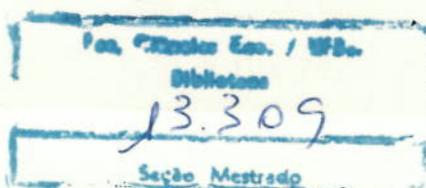
FONTE: CESTA BÁSICA - E.R. DIEESE / BA

A moeda o Real, foi criada com a pretensão de ser uma moeda forte, tanto que valia no começo um dólar por um real. No início a população e os próprios funcionários da CEF reagiram muito esperançosos e desconfiados. Esperançosos porque existia a promessa da equipe econômica de derrubar a inflação e com isso os preços. Desconfiados porque sempre existiam promessas com o objetivo de equilibrar os índices inflacionários e que nunca deram em nada desde o Plano Cruzado, ou pior, deram mais inflação depois de alguns

meses. Porém não basta trocar notas e moedas no meio circulante para abater a inflação, o trunfo da equipe econômica era que os preços iam deixar de aumentar com a intensidade de antes de vigorar o Plano Real. Como disse Mário Henrique Simonsen: "Sem reajustes dos salários, da taxa de câmbio e dos impostos, os preços não terão motivo para subir" (Revista Exame. Artigo escrito por Mário Henrique Simonsen em 6 de julho de 1994).

Para a equipe econômica, em julho de 1994, na área de recursos humanos das empresas, a estabilização da moeda imporia mudanças profundas na política de remuneração, a busca do perfil profissional ideal, do treinamento ao recrutamento. Tais mudanças seriam necessárias inclusive para satisfazer o consumidor que deveriam emergir com o Real, se antes eles tendiam a escolher produtos de valores mais baixo, a partir de agora procurariam atentar não só para os preços mas também para a qualidade do atendimento e dos produtos a adquirir. O que se esperou, e foi o que ocorreu nos primeiros meses de vigência da nova moeda, foi uma parada na subida dos preços, que ocorria todos os dias, já que os salários, tarifas públicas, impostos, etc, estavam congelados, recompondo o crédito que aumentou a demanda e estimulou o crescimento das vendas.

Porém, os outros planos econômicos fracassaram ao sair do congelamento de preços. Desta vez, não há tabela nem congelamento, apenas confiava-se que os preços iriam cair pelo movimento espontâneo da economia, e as perspectivas eram de que as taxas de inflação tenderiam a ser bastante baixas nos meses posteriores ao Plano Real. Com efeito, sem reajuste nem de salários, nem de taxas de câmbio, nem de impostos, os preços não teriam grandes motivos para subir. Mas vale lembrar planos econômicos anteriores como o plano Cruzado que congelou preços e o próprio governo expandiu seus gastos e a oferta de moeda, ocorrendo primeiramente a euforia da população pelo

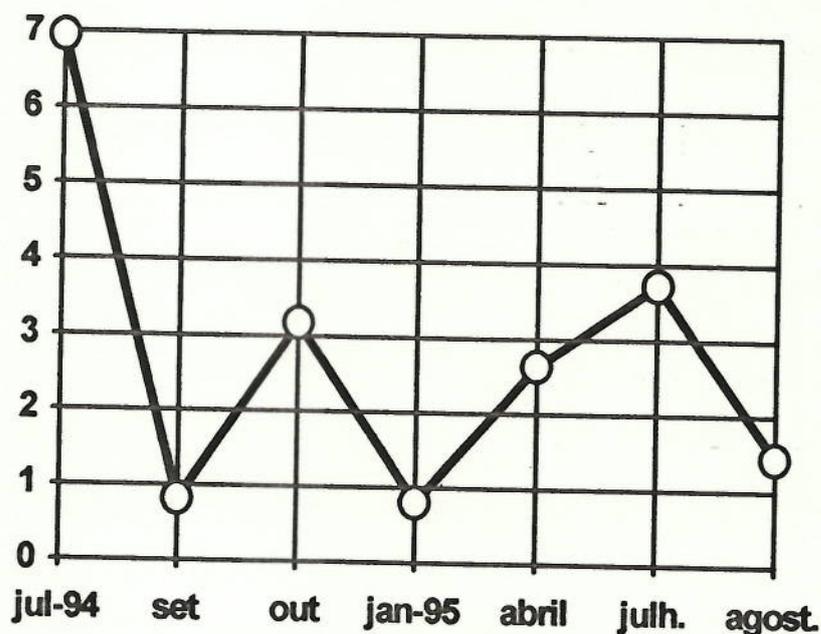


consumo e por segundo o conseguinte desabastecimento de produtos, por fim com retorno da inflação com índices redobrados. Com o Plano Collor, a inflação caiu a zero num primeiro momento, pois o governo confiscou cerca de 75% dos ativos financeiros em poder do público, provocando um arrocho de liquidez e conseqüentemente uma retração da demanda, provocando uma terrível recessão em março e abril de 1990. E foi tentando ajustar a economia que o Banco Central liberou cruzados novos bloqueados, permitindo que a inflação voltasse, chegando ao patamar de 20% mensais no final de 1991, com a devolução dos cruzados novos bloqueados.

Com mais de uma ano em funcionamento, o Plano Real continua surpreendendo, a inflação continua caindo, mesmo sem congelamento, tabela de preços ou coisa parecida (Gráfico 2.1). Esse patamar mantido durante 12

GRÁFICO 2.1

INFLAÇÃO MEDIDA PELA FIPE (%)



FONTE: Revista Veja - 13 set. 1995

meses é um fenômeno que não acontece no Brasil a cerca de 20 anos. Não há muito o que se contestar sobre este ponto. Segundo os próprios funcionários da Caixa Econômica Federal, acreditam que houve a conscientização, por parte do governo, de que o principal problema da economia brasileira e o seu grande desafio, a princípio, era acabar com a inflação, que transfere renda dos pobres para os ricos e desvia os investimentos produtivos para a ciranda financeira, empobrecendo o país.

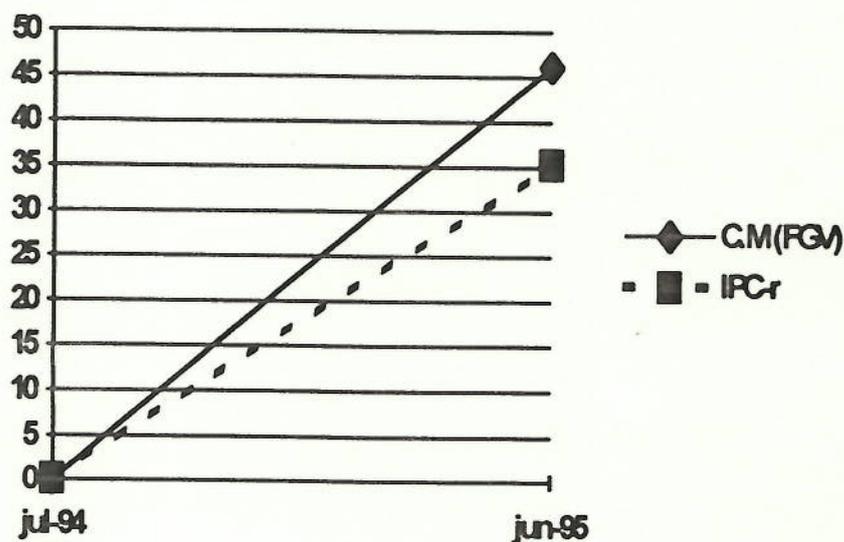
to
tipico
ling.
jornal.

Atualmente a economia se comporta como se estivesse em alto crescimento pois o Brasil exportou, em agosto, R\$ 4,5 bilhões e as reservas internacionais bateram em 46 bilhões de dólares, um recorde em todos os tempos (Veja, 20 de setembro de 1995). Entretanto, cabe observar como anda outros setores da economia como taxa de emprego, salários, preços dos serviços, etc. Porém, não faz parte deste trabalho tais comparações.

Enquadrando os funcionários da Caixa Econômica Federal na classe média, já que possuem um considerável patrimônio, como imóveis, veículos, etc e os salários flutuam entre R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00 aproximadamente, já incluída as comissões para os detentores de função, tem-se que, após mais de um ano de vigência do plano Real talvez tenha sido a classe social mais prejudicada no seu poder de compra. Segundo uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas, o índice da inflação da classe média no primeiro ano do Real foi superior em aproximadamente 11 pontos percentuais acima da inflação oficial de 35% (Gráfico 2.2). Entre os aumentos de produtos e serviços, nada se compara dos aluguéis, tanto que o governo ameaçou punir os proprietários de imóveis alugados, que estavam elevando bastante o valor do aluguel, com a extinção da denúncia vazia porque o aumento em acordos estava alimentando a inflação, onde se registra um aumento de mais de 200% para os aluguéis no Brasil depois de um ano de Real (Veja, págs: 17-24, 19 de julho de 1995).

X

GRÁFICO 2.2
 VARIAÇÃO DA INFLAÇÃO DA CLASSE MÉDIA (FGV) E DA INFLAÇÃO
 OFICIAL (IPC-r) - %
 1994 - 1995

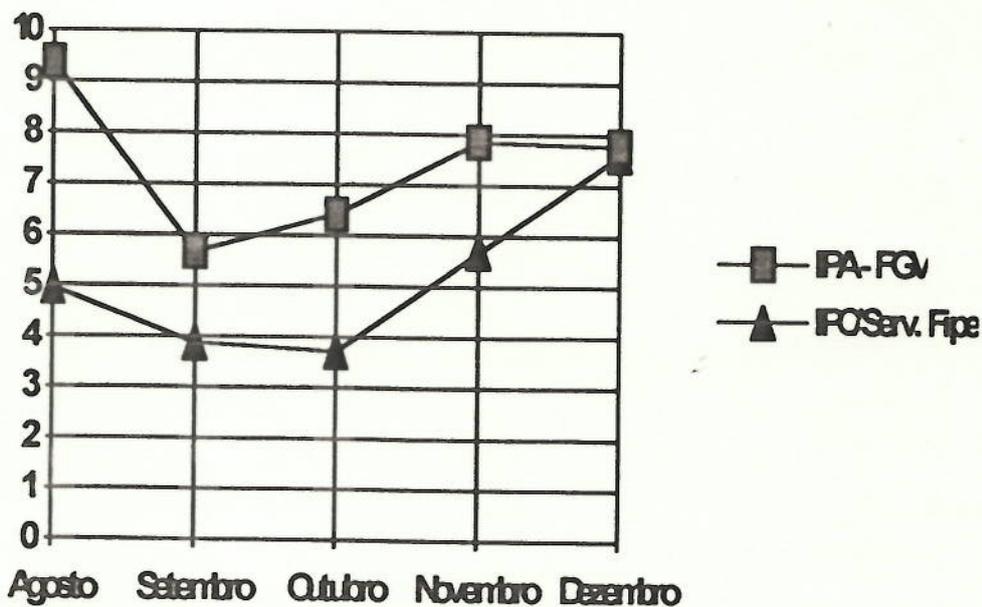


FONTE: Revista Veja - 19 / 07 / 95

Os centavos de Real quase não existem para essa classe social, as frações do real ainda não emplacou nas trocas do dia-a-dia, não foram assimiladas pelo inconsciente dessas pessoas. Cabe lembrar que o preço de um pão francês é 10 centavos, com 50 centavos paga-se uma passagem de ônibus urbano em Salvador, com outros 45 centavos compra-se um litro de gasolina. Não se sabe se é por oportunismo ou por falta de convivência com uma moeda forte que o exercício de profissionais que prestam serviços à classe média cobram o que querem.

Observa-se no gráfico 2.3 e na tabela 2.2 porque os preços dos itens que influem no bolso da classe média, tornam-se um desafio ao plano real. Tem-se para os respectivos serviços, alguns utilizados por boa parte dos funcionários

GRÁFICO 2.3
O DESCOMPASSO DOS ÍNDICES
ENQUANTO OS PREÇOS DESABAM NO ATACADO
CRECEM OS REAJUSTES NO SETOR DE SERVIÇOS - EM %



FONTE: Revista Veja - 01/02/95

a CEF e os índices de aumento depois de um ano do Plano Real que registrou uma inflação de 35,29% para o período. Em suma, tem-se um exorbitante aumento dos serviços mesmo que alguns produtos tenham caído de preço no Real. *como?*

Passada a euforia dos seus primeiros meses pós-real, quando o comércio tangenciou recordes obtidos na vigência de planos de estabilização anteriores, as vendas voltam a se ajustar à estrutura do mercado interno, elas declinaram em Salvador 3,59% (A Tarde, pesquisa SEI, 29 de agosto de 1995), em julho de 1995 em relação a junho de 1995, dando seqüência ao movimento oscilante que o comércio local vem apresentando desde os primeiros meses de

TABELA 2.2
AUMENTO PERCENTUAL DE JULHO / 94 A JULHO / 95

| ÍTEMS | % |
|---------------------|------|
| ALUGUEL | 226 |
| MENSALIDADE ESCOLAR | 56 |
| RESTAURANTES | 66 |
| ASSISTÊNCIA TÉCNICA | 116 |
| SALÃO DE BELEZA | 119 |
| MÉDICOS (CONSULTA) | 70 |
| TEATRO | 193 |
| SERVIÇOS RELIGIOSOS | 90,5 |

FONTE: Revista Veja - 19 / 07 / 95



1995, seja sob o impacto das austeras medidas que a busca da estabilidade econômica vem impondo à demanda agregada, incentivando a poupança e reduzindo o consumo, ou pela própria redução do poder aquisitivo dos trabalhadores nos últimos meses.

O que se observou nas concessionárias de veículos em Salvador, nos últimos meses, foram grandes promoções com descontos atrativos, porém não sendo o bastante para impedir uma contração de 12,01% (Veja, págs: 17-24, 19 de julho de 1995) nas vendas de julho de 1995. Para os próprios funcionários da CEF, que trocavam de carro de dois em dois ou todos os anos, tornou-se bastante difícil com os atuais salários, possuírem veículos novos. Vale destacar, entretanto, que estes trabalhadores procuraram não alterar os níveis qualitativos e nem quantitativos nas compras efetuadas nos mercados, gastos com alimentos nos últimos meses. Acreditam que se beneficiam com a queda dos preços dos produtos quando os supermercados se submetem a um processo concorrencial forçando a queda dos preços dos itens comercializados. Do mês de julho de 1995 aos dias atuais, as vendas dos supermercados de Salvador apresentaram expansão de 1,70% aproximadamente por mês.

*Como detectou?
O desempenho* Nos ramos, produto farmacêutico e perfumaria, os economiários reduziram bastantes gastos com medicamentos, procuraram comprar o mínimo necessário em remédios, o que não ocorria no período anterior ao plano real. Este ramo comercial repete mês a mês fraco desempenho nas vendas, registrou queda de 4,79% em julho de 1995 sobre o mês anterior, porém este setor obteve a melhor performance (45,88%) dentre os ramos do varejo, quando a base de comparação se desloca para o mês de julho de 1994 (Veja págs: 17-24, 19 de julho de 1995).

Vale destacar, entretanto, a expansão que o setor de móveis e eletrodomésticos conseguiram, 11,12% em julho de 1995 (Jornal A Tarde,

pesquisa SEI, 29 de agosto de 1995) e conseguem alcançar em meio a tantos desempenhos negativos dos outros setores. Este movimento ascendente é, sem dúvida, liderado pelas vendas de eletrodomésticos pois, muitas lojas dispõem de um sistema próprio de financiamento, bancando crediário a prazos mais longos sem o suporte do sistema financeiro. Entretanto, o que se verifica entre os economiários é o pequeno gasto com esses produtos, procuram conservar os bens que já possuem, priorizando outros gastos como alimentação, lazer, etc.

No que se refere a casa própria esses funcionários, na sua grande maioria, não foram e não são vítimas dos altos aluguéis praticados em Salvador, quando tem-se nesse serviço o grande responsável pelos índices inflacionários nos últimos meses. Entre os aumentos captados pela Fundação Getúlio Vargas no universo da classe média, nada se compara ao dos aluguéis: 226% em doze meses de Plano Real, quase sete vezes mais que a inflação no período (Revista Veja, págs: 17-24, 19 de julho de 1995). Não são inquilinos na sua grande maioria, mas são mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O próprio reajuste da prestação da casa própria dos contratos do SFH pela equivalência salarial pressionou a inflação em outubro de 1995 mais do que os aumentos de aluguel. Conforme o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), a inflação de 3,54% medida para o Índice de Custo de Vida (ICV) para outubro, 0,69 pontos percentuais, deve-se ao reajuste do SFH, enquanto o aluguel contribuiu com 0,59 pontos percentuais. O aumento registrado das prestações de julho a outubro de 1994 foi de 176,61% enquanto a alta detectada para os aluguéis em Salvador foi de 110,06% (Tribuna da Bahia, pág:6, 9 de novembro de 1994). Na prática, em outubro de 1994, tiveram reajuste da prestação apenas os mutuários com data base em agosto e setembro, ai enquadrado os economiários, e o aumento chegou a 74,01% e o reajuste salarial obtido pelos funcionários da Caixa Econômica Federal foi de 11%, aproximadamente. Por conta dessa diferenças

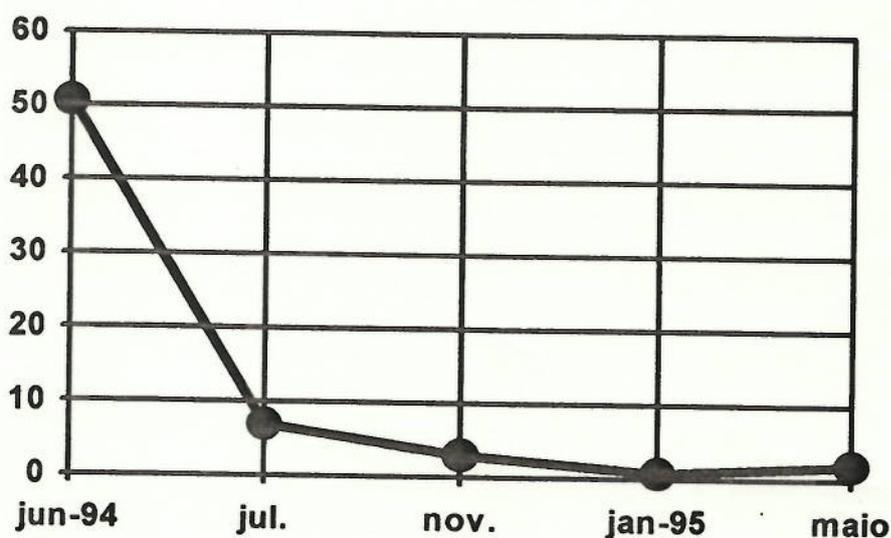
Contradição?

?
X

entre os percentuais de correção das prestações e dos salários, os mutuários tem direito de pedir a revisão do valor das prestações ao agente financeiro.

O que mais se percebe entre os economiários é a estranheza de se levar uma vida sem índices econômicos. Durante muitos anos os brasileiros conviveram com dezenas desses índices que fizeram com que a economia se movimentasse segundo o comando da inflação, os preços dos produtos e serviços aumentavam, mas se sabia que o salário e a poupança também seriam reajustadas logo depois. Os reajustes salariais anuais após negociação entre patrões e empregados não agrada aos economiários já que, criado o impasse nas negociações, seria acionada a justiça do trabalho e com isso a vontade do

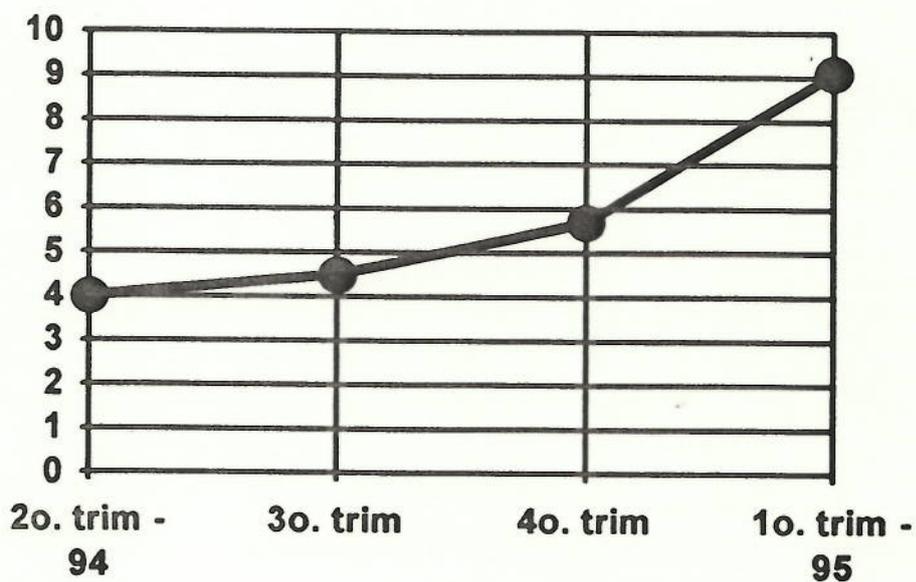
GRÁFICO 2.4
VARIÇÃO DA INFLAÇÃO
IPC-FIPE (%)



FONTE: Revista Veja - 28 / 06 / 95

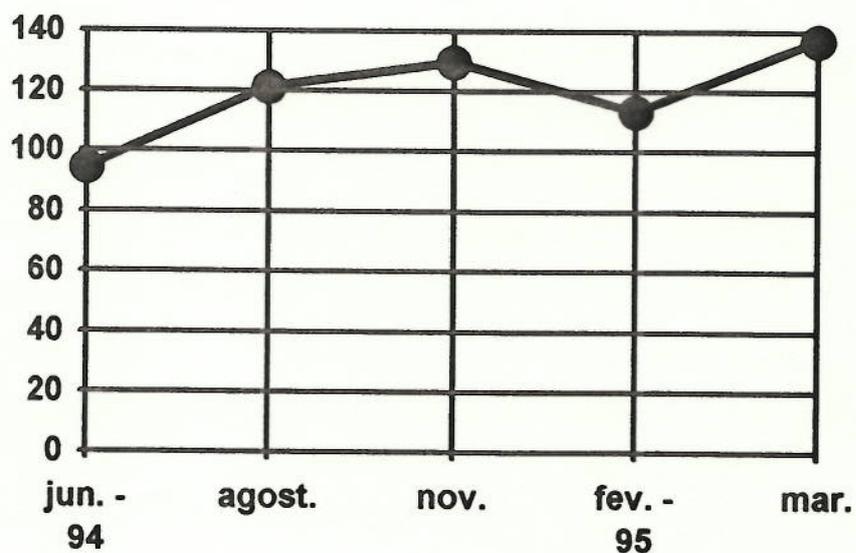
GRÁFICO 2.5
 PRODUTO INTERNO BRUTO,
 PIB, POR TRIMESTRE - EM %

CRESCIMENTO DO?



FONTE: Revista Veja - 28 / 06 / 95

GRÁFICO 2.6
 VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO
 INDUSTRIAL. BASE 100, EM 1981



FONTE: Revista Veja - 28 / 06 / 95

governo seria favorecida, já que o presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho) é indicado pelo presidente da República e a Caixa Econômica Federal se trata de uma instituição oficial.

Não se procura questionar a eficácia do novo plano econômico. Sabe-se que o Plano Real fez um ano com inflação baixa e o mercado tranquilo, podendo-se dizer que é o mais bem sucedido plano econômico de estabilização feito por um governo brasileiro, a inflação despencou, a economia cresceu e a produção industrial aumentou (Gráficos 2.4, 2.5 e 2.6). Deve-se exigir que medidas sejam tomadas para modificar as injustiças da sociedade brasileira, onde em nenhum outro país as desigualdades sociais são tão intensas, em nenhum país as distâncias entre ricos e pobres é tão grande quanto o Brasil.

*juízo?
dívida interna?*

3 SALÁRIOS E PERDAS DO PODER AQUISITIVO

O quadro funcional da Caixa Econômica Federal é grande, são cerca de 60 mil trabalhadores em todo o Brasil, só na cidade de Salvador estão trabalhando aproximadamente dois mil funcionários distribuídos em mais de 30 unidades.

Com referência a salário, a data-base dos funcionários da CEF é o mês de setembro, e estes são representados pela Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal (APCEF) e pelo próprio sindicato dos bancários, com objetivo de negociar salários junto à direção da CEF.

As perdas salariais desses funcionários começaram a se evidenciar a partir de 1994, quando a campanha salarial em Salvador começou em 19 de julho de 1994 com a convocação de ser um grande desafio, pois reunidos em assembléia geral elegeram os delegados sindicais que representaram a Bahia no Encontro Nacional dos Bancários que aconteceu em São Paulo, de 22 a 24 de julho de 1994. Destacou-se como prioridade nesse encontro a recuperação dos salários, pois as perdas em setembro de 1994 eram de 116,95%. Foram discutidos as garantias de emprego, as perdas salariais, os problemas de saúde ocupacional, segurança no trabalho e outros assuntos. Esse encontro teve a participação de quase 700 delegados sindicais representando 171 unidades de todo o Brasil (Boletim Saravá, nº 910, agosto de 1994) que durante 3 dias debateram estratégias para a obtenção de um acordo coletivo decente, que pudesse garantir as conquistas já obtidas até a data, alcançar outras e principalmente garantir a recuperação das perdas salariais acumuladas.

Vale ressaltar que a campanha salarial de 1994 estava sendo considerada pelos dirigentes sindicais a mais difícil dos últimos anos, tanto para os bancários como para todos os trabalhadores brasileiros, pelo menos naquele momento, com um novo Plano Econômico em vigência, a conjuntura era inteiramente adversa aos assalariados. Portanto, para que se pudesse repor as perdas de antes e depois do Plano FHC ou se ter essas perspectivas, era fundamental não só os bancários estarem mobilizados e organizados, mas também que se conseguisse o apoio da sociedade brasileira para o movimento da campanha salarial, tornando-se decisivo explicar a opinião pública a situação em que se passava os bancários, mostrar com clareza os lucros dos bancos constatando-as com a verdadeira situação em que vive os seus funcionários, tanto em níveis salariais como em condições de trabalho.

Torna-se importante esclarecer que melhorar o nível de vida dos bancários, hoje totalmente rebaixados, devido a perdas salariais, da sobrecarga de serviços, significa elevar a qualidade nos serviços prestados pelos bancos. Quando se tem como itens prioritários de campanha salarial de 1994, a reposição da inflação e reajuste mensal integral, garantia no emprego, mais saúde e condições de trabalho.

Com relação a reajuste salarial, a reivindicação da categoria bancária, da campanha salarial de 1994 era a seguinte:

Reajustes salariais - os salários dos empregados integrantes na categoria profissional serão reajustados em 01/09/94 pela aplicação do fator correspondente à variação integral do índice do custo de vida (ICV) medido pelo DIEESE no período de 01/09/93 a 31/08/94 sobre o salário de 1º de setembro de 1993 (Jornal O Bancário. Edição 1073 de 3 de agosto de 1994).

Reajuste mensal integral de salário - a partir de 01/09/95 as empresas integrantes da categoria econômica reajustarão automaticamente os salários de seus empregados a cada mês pela aplicação do fator correspondente à variação integral do ICV medido pelo DIEESE referente ao mês anterior (Jornal O Bancário. Edição 1073 de 3 de agosto de 1994).

A Constituição brasileira prevê que o salário mínimo tem de garantir moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Porém, dados do DIEESE destacam que a diferença salarial da categoria bancária levando-se em consideração a cesta básica foi da ordem de 97,78% no período de setembro de 1993 a julho de 1994, quando a cesta básica teve um aumento de 3.930,15% e os salários dos bancários aumentaram em 1.937,73% (DIEESE, Linha Bancária).

Observando-se a tabela 3.1, tem-se em comparativo os aumentos praticados por uma rede de supermercados em Salvador e o aumento do salário dos bancários, quando se têm uma perda do poder de compra de 97,78% dos salários sobre a cesta básica composta de 12 itens.

Dentre alguns itens solicitados pelos funcionários da CEF na campanha salarial de 1994 pode-se destacar (Jornal O Bancário. Edição nº 1078 de 10 de agosto de 1994):

- Reposição de 116,96%
- Reajuste Mensal pelo ICV / DIEESE
- Auxílio Refeição de R\$ 11,00 por dia
- Auxílio alimentação - pois os economiários não possuem tal benefício.

- Auxílio creche e babá com custeio integral.
- Auxílio educação com custeio integral, entre outros.

TABELA 3.1

CESTA BÁSICA MENSAL DA FAMÍLIA (4 MEMBROS
- CFE DECR. LEI 399 / 38 - SALÁRIO MÍNIMO)

| PRODUTOS | QUANTIDADES | PREÇOS EM 01/09/93* | PREÇOS EM 03/08/94** | | AUMENTO % |
|-------------------|-------------|------------------------|----------------------|--------------------|-----------------|
| | | | R\$ | CONVERTIDO CR\$ | |
| 1- CARNE 1ª | 13,50 Kg | 4.149,09 | 51,43 | 141.446,25 | 3.309,09 |
| 2- LEITE C | 18 litros | 905,34 | 10,44 | 28.710,00 | 3.071,18 |
| 3- FEIJÃO CARIOQ. | 13,50 Kg | 963,09 | 12,42 | 34.155,00 | 3.446,40 |
| 4- ARROZ - TIPO 2 | 10,8 Kg | 477,25 | 8,42 | 23.166,00 | 4.754,06 |
| 5- FAR. MANDIOCA | 9 Kg | 431,14 | 6,12 | 16.830,00 | 3.803,60 |
| 6- TOMATE | 36 Kg | 1.021,84 | 12,60 | 34.650,00 | 3.290,94 |
| 7- PÃO | 18 Kg | 1.970,88 | 21,60 | 59.400,00 | 2.913,88 |
| 8- CAFÉ | 0,9 Kg | 244,58 | 5,76 | 15.840,00 | 6.376,41 |
| 9- BANANA | 22,5 dúz. | 1.089,27 | 33,75 | 92.812,50 | 8.420,61 |
| 10- AÇUCAR | 9 Kg | 305,91 | 4,14 | 11.385,00 | 3.621,68 |
| 11- ÓLEO | 2.700 ml | 213,00 | 3,48 | 9.570,00 | 4.392,96 |
| 12- MANTEIGA | 2,25 Kg | 984,02 | 16,76 | 46.096,87 | 4.584,55 |
| TOTAL | | 12.755,41 | 186,92 | 514.061,62 | 3.930,15 |

FONTE: * Pesquisa diária DIEESE / PROCON

** Compra realizada no supermercado Paes Mendonça - Comércio

SALÁRIO DO BANCÁRIO X CESTA BÁSICA
(Período set/93 a jul/94)

- AUMENTO DO SALÁRIO = 1.937,73%
- AUMENTO DA CESTA BÁSICA = 3.930,15%
- DIFERENÇA 97,78%

A solicitação dos economiários pelos 116,96% de reajuste salarial é em função da inflação acumulada do ICV / DIEESE de setembro de 1993 a fevereiro de 1994 (em Cr\$) ter sido de 601,43, onde tem-se a necessidade de reajuste de 52,68%. A inflação acumulada de março de 1994 a junho de 1994 (em URV) tem sido de 372,64% sendo necessário um reajuste sobre os salários para o período de 6,56% e a inflação acumulada de junho de 1994 a agosto de 1994, já medida em real, foi de 33,35%, sendo este o índice de reajuste necessário para os dois meses. Tem-se então o total de setembro de 1993 a agosto de 1994 a inflação acumulada, medida pelo ICV / DIEESE, de 4.320,88%, sendo necessário um reajuste sobre os salários de setembro de 1994 de 116,96% para os funcionários da Caixa Econômica Federal (Tabela 3.2).

TABELA 3.2
REAJUSTE DE 116%

| PERÍODO | INFLAÇÃO ACUMULADA (ICV - DIEESE) | REAJUSTE NECESSÁRIO |
|-------------------------------|--------------------------------------|---------------------|
| SET / 93 A FEV / 94 (CR\$) | 601,43% | 52,68% |
| MAR / 94 A JUN / 94 (URV) | 372,64% | 6,56% |
| JUN / 94 A AGO / 94 (R\$) | 33,35% | 33,35% |
| TOTAL SET / 93 A AGO / 94 | 4.320,88% | 116,96% |

FONTE: DIEESE - BANCÁRIOS - BA

OBS: Estimativas de inflação de 27% em julho / 94, incluindo o resíduo em CR\$ e 5% em agosto / 94.

Foi o resultado da reunião que a Executiva, entenda-se os representantes dos funcionários da CEF, teve com a direção da Caixa em Brasília em 20 de setembro de 1994, que frustrou totalmente as expectativas dos funcionários. A direção da CEF estava repassando, a título de reposição salarial, 11,87% naquele dia já na folha de pagamento de setembro de 1994, que sai nos dias 20. A empresa não apresentou qualquer outra proposta com referência a cláusula econômica. Inclusive tal reajuste de 11,87% levou muitos empregados a receberem salários líquidos inferiores ao do mês anterior, devido a mudanças de faixa no imposto de renda.

Junto a isso, a ajuda de custo com refeição e do auxílio creche não alterou, revoltando ainda mais os funcionários, que depois de paralisarem suas atividades por 24 horas no dia 22 de setembro de 1994, indicaram greve por tempo indeterminado para o dia 28 do mesmo mês, que durou apenas dois dias devido a quedas de adesão pelos funcionários. Porém, continuou-se fazendo assembléias com o objetivo de avançar nas negociações pela reposição das perdas salariais.

Entretanto, até agosto de 1995, véspera da nova data-base, os salários eram os mesmos desde a reposição dos 11,87% dado pelo direção da CEF em setembro de 1994 que representou o IPC-r de julho a agosto de 1994.

Além das dificuldades financeiras passada pelos economiários em função do achatamento salarial nesse período, informações de que o governo tinha a intenção de acabar o caráter de banco múltiplo da CEF, tornando-se apenas uma instituição de atividades de financiamento de infra-estrutura social e concentrando a atuação da CEF no financiamento da caso própria. Tudo confirmado pela própria mensagem da diretoria do banco onde afirma que o fim da CEF como banco comercial e sua transformação em agente de fomento social, dependia da aprovação pelo Congresso Nacional da reforma do sistema

agui
e
falta
de vari
at.

financeiro (BDCEF - Edição de 29 de dezembro de 1994). Um dos capítulos mais polêmicos da Constituição causou bastante descontentamento e tristeza entre os economiários, pois, além da queda do poder aquisitivo passavam por situações de mudanças não muito favoráveis.

Tal situação tornou-se tão preocupante, que a CEF foi tema de debate na Câmara Municipal de Salvador, por iniciativa de alguns vereadores no dia 17 de março de 1995, que contou com a presença de deputados e dirigentes sindicais. As intervenções foram unânimes em reconhecer a importância das instituições oficiais para o desenvolvimento do país.

Pelos resultados obtidos da pesquisa (Anexo I) formulada a empregados da CEF em Salvador, onde além de entrevistas efetuadas a estes empregados se analisou os resultados das pesquisas feitas a mais de 100 funcionários, percebe-se que após mais de 12 meses de vigência do Plano Real, os economiários afirmavam que houve uma redução do seu padrão de vida, pois em períodos anteriores nunca se viram tão endividados como ultimamente, onde cerca de 80% estão pagando algum tipo de empréstimo junto à CEF.

Afirmam que após a implantação do Plano Real, apresentaram perdas do poder aquisitivo, onde aproximadamente 70% dos entrevistados não compram mais como antes, pesquisam mais os preços e até deixam de comprar certos produtos por falta de dinheiro.

Entretanto, quase a totalidade dos economiários, quando não moram com os pais, afirmam que a sua renda é a principal da renda familiar, sendo fundamental também as outras rendas da família. Tanto que, 90% dos entrevistados possuem empréstimos junto a CEF e uma pequena parte paga financiamento de veículo, porém, com relação a dívidas sem pagar, a maioria atualmente não possui. Contudo, o mais interessante é que a própria empresa

Manual
na falta
de 1 mês

Setor +
de 100, 15, 15, 15
melhor
tabelas até
el os dados?

?%

reconhece o grau de endividamento que atualmente passa seus empregados, tanto que concede linhas de empréstimos através da Fundação de Previdência dos empregados da Caixa Econômica Federal (FUNCEF), empréstimos estes correspondentes a dois salários, e permite conversão em espécie de licença-prêmio para pagamento de dívidas contraídas junto a própria Instituição, como financiamento habitacional, cheque especial, etc.

Foi unânime a afirmação de que os preços dos produtos e serviços atualmente tem pesado mais na renda familiar, e gastos com supermercado é o que lidera como o que mais consome o salário.

Com relação ao lazer, foi um item bastante afetado, não se viaja mais como antes do Plano Real, despesas com ida a restaurantes, teatro, etc, procura-se reduzir ao máximo. Gastos com móveis e eletrodomésticos praticamente não foram feitos nos últimos meses em função da falta de capital; carro novo ou usado que se trocava com uma certa periodicidade não se tem mais perspectivas de se comprar outro ou trocar por um mais novo.

Tem-se um quadro que para os próprios empregados da CEF eles não se enquadram mais na classe média, antigamente não se preocupavam com o valor das mensalidades escolar dos filhos, quando hoje, para os que tem gastos com instrução, este gasto tem comprometido uma parte significativa da renda.

Contudo, este quadro não tende a mudar, pois na campanha salarial em 1995 a direção da CEF impõe uma série de restrições para fechar acordo com os empregados. No que se refere a reajuste salarial, a Caixa concedeu apenas 20,94% (referente ao IPC-r de set/94 a junho/95) e quer parcelar o salário dos funcionários; no dia 20 de cada mês que se paga os salários, a direção quer pagar apenas 40% e o restante no segundo dia útil do mês seguinte, não considerando o compromisso já assumido com os empregados.

Por não ter
aluguel em
mensal
atrasado
supermercado
viagens

} ?

Em função dessa situação, os funcionários pararam suas atividades, em manifestação, por uma hora nos dias 21 e 28 de setembro de 1995, entraram em greve no dia 25 de outubro e terminaram em 6 de novembro de 1995.

No que se refere a parte econômica, os funcionários solicitavam 67,55% de reajuste salarial, onde 48,67% representa a inflação entre setembro de 1994 a agosto de 1995, medida pelo ICV-DIEESE, mais 12,7% de aumento real (produtividade), abono de um salário mais R\$200,00 a título de participação nos lucros, ticket-refeição de R\$8,00 e auxílio alimentação de R\$ 140,00. Porém, o que se obteve foi um reajuste de 20,94%, abono de R\$ 550,00 a ser pago em novembro, ticket-refeição de R\$ 7,00, reajuste de 4% sobre o auxílio creche passando para R\$ 78,00 e promessa de se avaliar a possibilidade de concessão da cesta de alimentação em janeiro de 1996 e discutir a forma de pagamento dos 12 dias parados na greve, a partir de dezembro de 1995. Contudo, as negociações dos economiários com a direção da CEF fica prejudicada depois que foi criado o CCE (Comissão de Controle das Estatais) em Brasília, onde nenhuma direção de estatal toma decisões sem antes terem sido orientadas pelo CCE.

Numa contraproposta, os empregados reduziram para 37,16% o índice solicitado para o reajuste salarial e a cesta de alimentação para R\$ 103,00. Porém nenhum avanço se teve por parte da direção da CEF. Entretanto, após 12 dias de greve, os funcionários da CEF decidiram de forma quase unânime, em assembléia realizada em 5 de novembro de 1995 suspender o movimento. A decisão foi tomada após a análise da contraproposta feita pela direção da CEF com a Executiva no mesmo dia. A maior vitória desse movimento grevista foi a unidade e a dignidade do funcionalismo, pois em todo o Brasil a adesão foi bastante elevada, além disso se conseguiu manter acordos anteriores como liberação de empregados para a Associação e Sindicato com

ônus para a empresa, novos empréstimos, conversão em espécie da licença prêmio, comissão de relações trabalhistas com oito membros (quatro indicados pelo banco e quatro indicados pelos empregados), que discutirá a questão da produtividade, participação nos lucros, saúde e a cesta alimentação a partir de janeiro de 1996, entre outros.

A direção da empresa vem argumentando que os salários pagos aos economiários são bastante superiores aos praticados por outros bancos. Ao se fazer um comparativo entre a remuneração do escriturário da CEF (funcionários sem função) recém contratado e o salário do escriturário do Bradesco tem-se apenas 3,31% o índice superior aos vencimentos dos funcionários da CEF (Tabela 3.3).

TABELA 3.3
COMPARAÇÃO DO SALÁRIO DA CEF E DO BRADESCO
REMUNERAÇÃO DO ESCRITURÁRIO RECÉM CONTRATADO

| | CEF | BRADESCO |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| VENCIMENTO PADRÃO | R\$ 354,00 | R\$ 382,62 |
| VANTAGENS PESSOAIS (VP's) | R\$ 135,70 | - |
| AUXÍLIO REFEIÇÃO | R\$ 101,86 | R\$ 110,00 |
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO | - | R\$ 80,00 |
| TOTAL | R\$ 591,56 | R\$ 572,62 |

FONTE: Sub seção DIEESE / FENAE - 20/09/95 - Valores em agosto de 1995

O que é?
Brasil? CEF?

TABELA 3.4

APENAS OS EMPREGADOS COM CARTEIRA TIVERAM PERDAS

| PERÍODO | Nº ÍNDICE DO RENDIMENTO MÉDIO REAL ¹ URBANO ² (BASE: JUL. 94 = 100) | | | | SALÁRIO MÍNIMO |
|----------------------------|--|-------------------------------|-------------------------------|------------------|----------------------------------|
| | POPULAÇÃO OCUPADA | EMPREGADOS COM CARTEIRA | EMPREGADOS SEM CARTEIRA | CONTA PRÓPRIA | (R\$ DE JUL. 94) ³ |
| MÉDIA JUL. 89 / ABR. 90 | 137,8 | 135,1 | 136,9 | 129,4 | 65,3 |
| MÉDIA JUL. 93 / ABR. 94 | 105,9 | 109,6 | 106,5 | 99,6 | 60,6 |
| MÉDIA JUL. 94 / ABR. 95 | 108,9 | 103,8 | 112,5 | 116,9 | 65,7 |
| VARIAÇÃO DO REAL (%) | 2,8 | - 5,3 | 5,7 | 17,4 | 8,4 |

FONTE: Conjuntura Econômica. Agost. - 95

¹ Deflator: INPC do mês

² Média das RM: SP, RJ, BH, RE, SAL e POÃ

³ Deflator: INPC centrado. As médias referem-se aos períodos de julho de um ano a junho de ano seguinte.

TABELA 3.5

A INFORMALIDADE DO TRABALHO SEGUE CRESCENDO

| PERÍODOS | PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA (%) | | |
|-------------------------|-------------------------------------|----------------------------|--------------------|
| | EMPREGADOS COM CARTEIRA | EMPREGADOS SEM CARTEIRA | CONTA - PRÓPRIA |
| MÉDIA JUL. 89 / MAIO 90 | 58,6 | 18,5 | 17,7 |
| MÉDIA JUL. 93 / MAIO 94 | 50,2 | 23,2 | 21,5 |
| MÉDIA JUL. 94 / MAIO 95 | 48,9 | 24,0 | 21,8 |

FONTE: Conjuntura Econômica. Agosto de 1995

Obs.: Média das RM: SP, RJ, BH, RE, SAL e POÃ

Não se questiona a tranquilidade dos funcionários da CEF por possuírem imóvel próprio, a sua grande maioria não paga aluguel, tem financiamento ou imóvel quitado, para este uma pequena parte. Porém, não se pretende fazer comparações e sim esclarecer a redução do poder aquisitivo, e a conseqüente redução do padrão de vida, por que passa os economiários nos últimos meses. Não se pretende questionar as vantagens e desvantagens do Plano Real e quais as chances de a inflação retornar a patamares de antes do Plano, mas uma coisa é certa, os empregados assalariados tiveram perdas significativas depois do Plano. Observa-se que nas tabelas 3.4 e 3.5 os trabalhadores com carteira assinada tiveram perdas e quanto vem crescendo o trabalho informal nos últimos anos e reduzindo os funcionários de carteira (Conjuntura Econômica nº 8, vol. 48, agosto de 1995).

4 CONCLUSÃO

Sempre se terá negociações salariais, ano após ano, salários indexados ou não, sempre haverá desgaste físico e mental por parte dos funcionários em busca de melhores salários. É na atual conjuntura quando o consumidor, cliente, cobra melhores serviços e atendimento, é que a classe patronal deve procurar incentivar seus empregados, oferecendo salários dignos, condições de trabalho e até participação nos lucros, pois, até involuntariamente, os funcionários passarão a desempenhar suas atividades mais preocupados com a produção e a qualidade, com incentivo, com um trabalho contínuo de melhoria de busca da qualidade. Cabe também à diretoria do banco se sensibilizar a cerca da importância das ações de saúde para o alcance do bem-estar dos economiários.

Após a implantação do Plano Real os preços dos produtos se apresentam estáveis, os dos serviços estão entregues ao próprio equilíbrio do mercado, cabendo ao consumidor racionalizar seus gastos, pois nos últimos anos os salários dos economiários perderam seu poder aquisitivo, o poder de compra dos salários vem se reduzindo a cada campanha salarial. Não se pretende criticar a eficácia do Plano, sabe-se que ele gerou na sociedade brasileira grandes mudanças e o país passa a ter uma moeda estável, não se contesta os resultados obtidos pelo Plano Econômico, quando conseguiu ultrapassar o período de euforia consumista, juro alto, conteve-se a demanda.

Entretanto, na prática, os funcionários da Caixa Econômica Federal não possuem o mesmo poder aquisitivo de antes, fazem economias nunca feitas antes, quando em sua maioria, os próprios empregados não aprovam o Plano Real por afetar diretamente no seu poder de compra, comprometendo seu padrão de vida.

p. 22, p. ex. ref. Bol. Saravá ?

Não há nenhuma ref. teor. metod. na imprensa!

35

BIBLIOGRAFIA

- ANIVERSÁRIO com festa e preocupação. Veja. São Paulo, Abril, nº 1398, págs.: 32-38, 28 de junho de 1995.
- A INFLAÇÃO mais baixa em vinte anos. Veja. São Paulo. Abril. nº 1409, 13 de setembro de 1995.
- A QUEDA continua. Veja. São Paulo. Abril. nº 1377, págs.: 90 e 91; 1º de fevereiro de 1995.
- BANCO Central do Brasil. Boletim de Índices Econômicos. Delegacia Regional de Salvador. págs.: 6, 13, 19, 23 e 46; novembro de 1995.
- BOLETIM diário da Caixa Econômica Federal. BDCEF. Mensagem da Diretoria. 05/08/94, 19/09/94, 20/09/94, 26/09/94, 03/11/94, 15/12/94, 29/12/94, 20/09/95, 26/09/95, 29/09/95, 10/10/95 e 23/10/95.
- DESINDEXAÇÃO confusa. Veja. São Paulo. Abril. nº 1399, págs.: 28-30; 5 de julho de 1995.
- DIEESE. Escritório Regional Linha Bancária. Sindicato dos Bancários da Bahia.
- EXECUTIVA propõe paralisação. Boletim Saravá, Órgão Informativo da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal, nº 923; 20 de setembro de 1995.
- EUFORIA do real acaba e venda cai 3,59% em lojas de Salvador. A Tarde. pág.: 15; 29 de agosto de 1995.
- GUIA prático do Real. Isto É. São Paulo. Ed. Três. nº 1292, págs.: 47-76; 6 de julho de 1994.

JORNAL O Bancário. Órgão informativo oficial do Sindicato dos Bancários da Bahia. Julho de 1994 a outubro de 1995.

O MERCADO de trabalho no primeiro aniversário do Real. Conjuntura Econômica. nº 8 v.28, págs.: 113 e 114; agosto de 1995.

OS PREÇOS muito loucos da era do real. Veja. São Paulo. Abril, nº 1401, págs.: 17-24; 19 de julho de 1995.

PRESTAÇÃO da moradia sobe acima do salário. A Tarde, Salvador, pág. 10, Caderno 1; 4 de novembro de 1994.

REAJUSTE da casa própria sobe mais do que aluguéis. Tribuna da Bahia, Salvador, pág. 6; 9 de novembro de 1994.

REAL especial. Exame. São Paulo. Abril. nº 531, págs.: 16-46; 6 de julho de 1994.

ANEXO I

PESQUISA FEITA EM SETEMBRO DE 1995 A FUNCIONÁRIOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NA CIDADE DE SALVADOR.

- 1) Depois da implantação do Plano Real, houve alguma alteração no seu poder aquisitivo ? Como ?
- 2) Atualmente você se acha enquadrado em que classe social ? Porque ?
- 3) A atual administração da Caixa Econômica Federal, no seu conceito, anda preocupada com o bem estar dos seus empregados ? Porque ?
- 4) Possui imóvel próprio ? Mora de aluguel ? Gasta com instrução própria ou de filhos ?
- 5) Qual o item, serviço ou preço, que atualmente pesa mais na sua renda familiar ? Quais ?
- 6) Possui alguma dívida atrasada, empréstimos, contas sem pagar, etc. ? Quais ?
- 7) Qual a sua participação na renda familiar ?
- 8) Após a implantação da nova moeda alterou seu poder de compra a ponto de comprar um carro ou trocar por um mais novo, comprar móveis e eletrodomésticos, gastos com lazer ?
- 9) O novo Plano Econômico favoreceu a sua vida sócio-econômica ? Por que ?
- 10) Cite pontos positivos e negativos obtidos pelos assalariados depois do Plano Real.